

COMENTÁRIOS CRÍTICOS DOS JORNALISTAS SOBRE A MIDIATIZAÇÃOⁱ DAS POLÊMICAS POLÍTICAS NOS JORNAIS

Frédéric Torteratⁱⁱ

Resumo: Se as observações formuladas pelos jornalistas sobre o fato de que as polêmicas políticas estão abundantemente presentes nos cotidianos não têm nada de inédito, essas críticas estão acompanhadas, desde há alguns anos, de comentários sobre a maneira pela qual este processo se acelerou sob a influência das redes digitais. Partindo dessa hipótese, realizamos um estudo de jornais nacionais e regionais franceses, durante o período de 2009-2010, a fim de considerar de forma mais concreta o que caracteriza este tipo de comentário. Este estudo mostra que os jornalistas se esforçam para denunciar não só a trama dos acontecimentos políticos nos jornais, mas também o seu oposto, ou seja, o que se sobressai a partir de uma espécie de uniformização presente no discurso midiático político.

Palavras-chave: Jornalismo. Jornais. Polêmicas. Política. Deontologia.

Abstract: The remarks and the comments formulated by the journalists about the presence of the political polemics in daily newspapers usually concern the ways by which this intrusion accelerated under the influence of the digital networks. According to this hypothesis, we conducted a study from a sample of national and regional French daily newspapers, over the period 2009-2010. Through this corpus, we examine concretely the discursive practices which characterize the comments concerned. This study reveals that the journalists not only denounce the intervention of the political polemics in newspapers, but also its contrary, that is the information's control.

Keywords: Journalism. Newspapers. Polemics. Politics. Deontology.

ⁱ A midiatização é uma prática jornalística que pode incidir sobre os acontecimentos e, ao reelaborá-los, criar novas tramas e significações. Ao tratar essa prática da mídia, o autor serve-se do termo *événementialisation*, que poderia ser entendido como *acontecimentalização*, tomada jornalística inserida dentro das ações midiáticas. [NT]

ⁱⁱ Docente da Universidade de Nice, França. E-mail: frederic.torterat@unice.fr.

Introdução

As polêmicas políticas fazem o acontecimento e são elevadas à prioridade dos jornais e das revistas desde que a imprensa existe, mas, com a aparição da *Web*, ninguém discordará do fato de que a aceleração dos fluxos de informação, combinada à velocidade do seu tratamento eletrônico, desorganizaram a profissão (ou melhor, as profissões) do jornalismo e influenciaram em parte a sua ética. Ligada às mutações das práticas jornalísticas empreendidas desde a revolução das novas tecnologias aplicadas às profissões da informação e da comunicação (DEMERS, 1996; GREVISSE, 1998; PÉLISSIER e ROMAIN, 1998; PÉLISSIER, 2001; LITZ, 2007), a questão da ‘moral jornalística’ parece retornar cada vez mais frequentemente aos comentários dos próprios jornalistas.

As implicações são tão significativas que, para retomar este assunto, Cornu (1994, p. 48), se “a deontologia reveste o valor limitado de uma moral própria à atividade jornalística, por sua vez a ética profissional intervém como força de questionamento do conjunto do processo da informação”.

A presente abordagem inscreve-se na intersecção da análise do discurso jornalístico e da sociologia das profissões, e relaciona-se com as propostas dos jornalistas em relação ao exercício das suas ocupações, e assim como as opiniões formuladas em relação às suas habilidades, ao mesmo tempo na prática e nos princípios. O objetivo central deste estudo é mostrar como os redatores reagem à onipresença das polêmicas políticas nos jornais, na medida em que, notadamente, a velocidade com a qual essas polêmicas se impõem lhes confisca o tempo de análise, de recorte e de seleção. Nossa abordagem preocupa-se mais precisamente em exemplificar as maneiras pelas quais os autores ora denunciam os fatos particularizando-os, ou generalizando-os em

suas propostas, ora produzem um discurso de legitimação, com apoio do qual eles se posicionam face a face aos transbordamentos da comunicação política, que ocupam assim uma postura ética em resposta aos novos contextos de difusão da informação.

Enquanto os princípios deontológicos do jornalismo se apoiam em múltiplos documentos, cuja *Charte des devoirs professionnels* de 1918, la *Charte européenne de Munich* (dita “Résolution 1003” do Conseil de l’Europe, 1971), assim como as convenções e os acordos dos jornais e de diversos sindicatos, inúmeros cronistas e editorialistas lembram que, dentre as principais exigências e os deveres mais adequados do jornalismo, a recusa de uma convivência com o poder político aparece como incontornável. Ora, esta exigência toma uma dimensão particular frente às polêmicas do mundo político, com o que elas implicam de incorreções de linguagem, de operações de comunicação e de manobras.

Embora “ideologicamente, (os jornalistas) se situem no centro, seguindo uma linha moderada e “apolítica” que prioriza a objetividade, a independência e a neutralidade”, como resume Imbert (1998, p. 23), eles encontram-se frequentemente em uma posição, algumas vezes muito desconfortável de resistência face aos instantâneos da *Web*, que às vezes lhes disputa, de certa forma, tanto a primazia da informação quando a de seu tratamento. Essa posição é tão mais difícil manter quanto a que eles mesmos se veem contestar sua capacidade em captar corretamente os elementos factuais, naquele que segue com Roussiau e Renard (2003, p. 32), “não existe ‘realidade objetiva’: toda realidade está representada socialmente, isto é, está filtrada por grades de leitura dependentes das características dos indivíduos e dos seus grupos de pertencimento (história, valores, normas...)”.

Tal é o caso da *acontecimentalização*, nos jornais, das polêmicas políticas, em que

algumas têm como único objetivo, por aqueles que as provocaram, produzir uma publicidade na mídia e aumentar o que eles nomeiam corriqueiramente de “visibilidade”. De tais acontecimentos, implicam-se diretamente a responsabilidade deontológica dos jornalistas, que são obrigados a fazer uma seleção dentre esses “estardalhaços” que, retomados em série de jornais em jornais e sobre a Web durante certo período, constroem dessa maneira uma memória interdiscursiva. Os jornalistas se apoiam conseqüentemente sobre um “mecanismo intertextual” ocasionando uma narratologia frequentemente maior que o enredo emana. Não há mais um narrador único e onisciente, mas uma pluralidade de vozes narrativas (jornalistas, testemunhas etc.) e que se revezam constantemente (REVAZ, 2008, p. 1433).

As reações desses jornalistas a essas múltiplas tensões a que são confrontados, trazem assim inúmeros testemunhos de um setor profissional constantemente atropelado em suas práticas. Entre essas reações, aparece a de uma recusa categórica de se deixar instrumentalizar pelo poder dos partidos, assim como por esse oportunismo que consiste em aproveitar-se dos fluxos acelerados da informação na Web para existir e passar imediatamente “para o foco da cena” (segundo a expressão do *Monde.fr*, de 27 de setembro de 2010). Além disso, as contribuições que lhes correspondem, nas colunas dos jornais, envolvem o mesmo esforço de legitimação e de tomadas de responsabilidades individuais e coletivas (PIGEAT, 1997; RABATEL e CHAUVIN-VILENO, 2006). Isso tudo em um momento da história contemporânea em que os profissionais do jornalismo se organizam, pouco a pouco, em resposta a uma demanda social muito concreta de análise e de recorte da informação.

Para ilustrar nosso objetivo trataremos e analisaremos, rapidamente, os comentários que produzem os jornalistas sobre essas tensões,

mais ou menos conflitantes e que acompanham o exercício da sua ocupação. Para fazer isso, consultamos uma amostra representativa de artigos (aproximadamente 900), durante o período de 2009-2010, da mídia francófona, que aqui restringimos aos jornais nacionais e regionais franceses, entre eles *Le Figaro*, *Le Monde*, *Libération*, *Les Echos*, *La Croix* e *La Tribune* para os nacionais, e *Le Télégramme*, *La Marseillaise*, *Nord Eclair*, *Nice Matin*, *La Montagne* ou *Le Républicain lorrain* para os regionais. Os artigos a que visamos tratam todos, a título principal ou secundário, da atualidade política. Aqueles que contêm os comentários críticos destacados aqui representam apenas 7% da amostra, e são, sobretudo produzidos por cronistas, mediatizadores ou por editorialistas. Esse *corpus* é evidentemente não exaustivo, mas traz um material, a nosso ver, satisfatório para uma reflexão geral sobre as maneiras pelas quais os jornalistas abordam as questões em termos da deontologia e da autocrítica assim como sobre as práticas discursivas que estão em pauta, tais como a denúncia, a concessão e ironia, e isso da maneira como aparecem concretamente nas colunas dos jornais.

Palavras do político cada vez mais presentes?

Se não a denunciam abertamente, os jornalistas queixam-se regularmente de uma sub-representação, em suas colunas e nas dos seus companheiros, das polêmicas e de outras provocações dos responsáveis políticos, como lembra René Pérez no *Télégramme*, de 4 de dezembro de 2010 (p.12), “é sempre a mesma coisa”. Essa cotidianidade está notadamente influenciada pela difusão instantânea com que se preocupam os fóruns e a blogosfera, com o que esses suportes levam a uma escalada e amplificação. Tal aceleração na transmissão da informação desconcerta tanto o mundo político quanto os próprios jornalistas. Assim resume Dominique Quinio, em seu editorial de *La*

Croix de dezembro 2010 (p.1), no momento em que ela escreve: “da corrida à reação, para não correr o risco de estarem atrasados sobre o acontecimento e de se verem reprovados, os políticos assumem o risco de se enganar, concluindo que ‘a lição vale também para os comentaristas [...] cuja profissão está em pauta’”.

Esse tipo de argumentação não é de hoje, (MOUILLAUD e TETU, 1989; MC QUAIL, 2005; MOIRAND, 2007), entretanto as questões que lhe fazem eco, em particular sobre as ligações presumidas entre o mundo político e o mundo jornalístico, parecem manifestar cada vez mais com frequência a velocidade da informação. Lamentando-lhes a abundância (TORTERAT, 2011b), os redatores criticam desse fato a velocidade dos vazamentos e dos “boatos” (*Nice Matin*, de 13 de setembro de 2010, p. 30), os quais fazem entrar, nos jornais, “os miasmas dos negócios e das baixas polêmicas” (FRANK NOUCHI, *Le Monde*, de 16 de setembro de 2010, p.26) que muitos se apressam em fazer “circular” (CHARLES JAIGU, *le Figaro*, de 7 de abril de 2010, p.3).

Certos jornalistas se sentem tomados, em uma armadilha, por uma corrida à *acontecimentalização*, que os conduz a revezar polêmicas a esse ponto tumultuosas, que fazem, dessa “máquina de recortar e de colocar em circulação enunciados” que é a mídia (MAINGUENEAU, 2006, p.108), um portavoz assíduo de uma violência política cotidiana. Com efeito, essa corrida ao acontecimento, exacerbando-se nos portais da *Web* e notadamente nos sites de *Presslib*, desfavorece a investigação e reduz cada vez mais o tempo da análise. O cronista Daniel Schneidermann, em *Médias de Libération*, de 11 de outubro de 2010 (p.25), vai mesmo ver nisso uma tendência generalizada:

Pelo que parece, haveria menos jornalistas de investigação. É o *The Independent* que o citava esta semana. Os raros espécimes

subsistentes interessar-se-iam antes de tudo pelo *povo*. [...] Sim, certos jornais, certas emissões, na França, continuam a fazer investigação. Mas tudo se passa como se essas investigações caíssem num ponto cego da grande máquina das repetições, das destruições, das polêmicas.

Além de a intrusão dos “boatos” políticos nos jornais induzir “diversão” nos “verdadeiros” assuntos (XAVIER PANON, *La Montagne*, de 7 de dezembro de 2010, p.45), uma objeção é formulada, por outros jornalistas, a respeito do que ela tem por base de fabricação. Citemos por exemplo Philippe Marque que, em *La République Lorrain*, de 27 de dezembro de 2009, relata uma entrevista com Arnaud Mercier, professor de comunicação em Universidade. Depois que ele lhe deu algumas explicações sobre o *buzz* político, que denuncia “um mecanismo de circulação da informação que sempre existiu, o boato”, o jornalista continua: “o *buzz* é cada vez menos espontâneo e cada vez mais fabricado. Isso é problemático?”. Essa suposta “fabricação” do *buzz*, que consiste, segundo nós, em uma “acumulação de enriquecimentos difusos” (TORTERAT, 2010, 2011a), traz um testemunho sobre a percepção que as pessoas da profissão podem ter, notadamente aquelas que têm acesso ao(s) “off” e às indiscrições do meio político. E a tendência parece, com efeito, ser geral, no que crê, por exemplo, o jornalista Etienne de Montety que, em seu blog do jornal *Le Figaro*, lhe atribui nos termos seguintes (26 de janeiro de 2012 [18h50]):

Uma proposta oficial é frequentemente decepcionante: uma estrofe bem recitada. O *off* é diferente “É triplo off of course”, dirá com um tom penetrante um político moderno, debruçando-se sobre a orelha de um jornalista. Informação exclusiva, confidência, indiscrição, o *off* é o prato preferido dos jornalistas. Que se apressam

em divulgá-lo. Não se faz artigo sem falar do *off*.¹

Assim sendo e, como explica Aldrin (2010, p.32), “as confidências feitas aos jornalistas não são sempre de interesse recíproco das duas partes”. Ao publicar, por exemplo, rumores do mundo político, “os jornalistas consentem em fazer o jogo de seus informantes, aceitando o risco de terem sido manipulados em troca de uma informação exclusiva que será retomada pelos companheiros” (*ibid.*). Ora, isso também vale para a amplificação que é feita, e que, segundo Rabatel (2011, p.159):

Esta estratégia de ênfase tem um custo para o jornalista: ela o instala em uma pressuposta familiaridade com os grandes deste mundo, já que o jornalista/narrador está dentro dos seus “segredos” - suprema ilusão, aliás, pois aqueles segredos são anedóticos para os cidadãos e para a democracia.

Manifestando sobre certa relutância dos redatores em se deixar levar, os comentários são formulados sobre debates e “ofensivas” políticas onipresentes que assumem uma forma de resistência face a face às campanhas e a erros de linguagem ligados aos periódicos ou a outros suportes da “imprensa marron”. Aliás, onde certos jornalistas veem nessa contra-proposta uma “falência dos modelos” (anônimo, *La Dépêche*, de 21 de junho de 2010), outros estimam que realmente se trate de um modelo, contraproducente em si, como o argumenta pela narração Frédéric Aili, em *Le Dauphiné Libéré*, de 8 de novembro de 2010:

Aspirado por uma retomada social e por uma política “perturbada”, a atualidade tinha reabilitado os livros e os autores. Até...hoje. Pois o info do dia poderia ser: prêmio Goncourt requer um romance e um escritor. Às 13 horas, ouvir-se-á um nome, uma reação. E durante cinco minutos ao

menos, as câmeras deixarão um pouquinho Sarkozy, deixarão também Fillon e Borloo se explicar pelo posto de Primeiro Ministro, e esquecerão o ataque visceral de Villepin no encontro com o presidente: “É tempo de fechar os parênteses”. Nada além disso. [...] Enfim, esperaremos o amanhã para celebrar os 40 anos da morte de De Gaulle. Tanto personagens de romance, relegados aos segundos papéis, cinco minutos ao menos.²

Sob o revestimento da ironia e da insinuação, Frédéric Aili denuncia assim, pela narração de um acontecimento da vida cultural, a onipresença *a contrario*, nas mídias, polêmicas políticas e suas novelas publicitárias. Na margem da anedota, convém, a nosso discernimento, ver nesse comentário uma forma de tomada de posição, que volta a contestar o que as práticas jornalísticas de *acontecimentalização* implicam de historicização de fatos, em resumo, intermediários, mas que, entretanto, são constantemente retomados pela imprensa que os aproveita como elementos de uma suposta memória coletiva. Estando os jornais efetivamente “aspirado[s]” pelo “tumulto” político, qualquer celebração, mesmo a puramente comemorativa (inclusive aqui a da “morte de De Gaule”), tem dificuldade de escapar dos clamores da especulação e das controvérsias. Tal profusão é tão aparente que os jornais não são mais os únicos dentro do mercado da informação política e, hoje, “a internet é [...] um canal incontrollável, rápido e eficaz que permite à informação de escapar” (BLASCO, 2004, p.5). Em termos de sociologia das profissões, nós assistimos aqui, com o apoio do comentário narrativizado de Frédéric Aili, da expressão de uma sensibilidade do jornalista, do que caracteriza

¹ Postagem consultável em 12 de abril de 2012: <http://blog.lefigaro.fr/encore-un-mot/2012/01/off.html>.

² Nicolas Sarkozy, François Fillon et Dominique de Villepin foram os responsáveis políticos franceses que, durante 2009-2010, estavam no centro de um conflito político-judiciário que estabeleceu uma grande comunicação nos jornais e em outros meios, a ponto de ocasionar um verdadeiro folhetim.

o *savoir faire* do historiador: do qual um dos deveres consiste igualmente em, como é o caso para os cronistas e os editorialistas, em operar uma seleção entre os fatos, os testemunhos e, ainda, os não-acontecimentos que percorrem a vida social e política do mundo contemporâneo. Assim, por mais contraditório que possa parecer à primeira vista, esses profissionais dividem não somente a escolha da rememoração e da comemoração, mas também aquela, certamente mais delicada, da “desmemoriação”.

Esta, “tributária das tecnologias novas” (ANGENOT e ROBIN, 2009, p.11), volta notadamente a aliviar a memória coletiva desses “boatos” inconsistentes, que preenchem a atualidade e que, assim, impedem de encarar os “verdadeiros temas”. Ora, o meio jornalístico e os historiadores não são os únicos a estar sensíveis a isso, e o próprio poder político não se demorou a medir as suas implicações e repercussões. Na medida em que seus representantes se preocupam com discursos que circulam em diferentes mídias e redes sociais, em termos de ideologização ou de repetição, eles estão tão ligados à comunicação quanto aos jornais que os produzem. Os jornalistas são então confrontados a outro movimento da comunicação política, que ainda se apoia nos fluxos da *Web*, e que se manifesta como o inverso da polêmica. Esse movimento consiste, do lado dos responsáveis políticos, em instalar, nas mídias, fórmulas e alegações uniformizadas em qualquer ponto similares umas às outras. Ora, difundindo-as sem discernimentos, os jornalistas se revezam, algumas vezes a despeito de si mesmos, de uma linha política com a qual entram em convivência involuntária.

Da polêmica a seu contrário: O exemplo dos elementos de linguagem

A influência da política passa também por um mecanismo inverso, o qual chega a submeter o discurso político à uniformização. Desde pelo menos 2008, os jornalistas comentam assim uma forma de comunicação política que consiste em um acesso de retenção da informação, que se cristalizou, na França, na fórmula de “elementos de linguagem” (ver ANGERMÜLLER, JEANPIERRE e OLLIVIER-YANIV, 2008). Se não for ridicularizada, essa abordagem é cada vez mais com frequência enfatizada pelos jornalistas, que veem aqui uma tentativa de controle sobre a informação e de suas condições de circulação. Assim, Frank Nouchi, no *Le Monde*, de 16 de março de 2010 (p. 26), relatou que após uma entrevista de “meia hora” com o Chefe de Estado, os responsáveis políticos do partido da Presidência tinham “todos pronunciado as mesmas frases, na mesma ordem”. O jornalista que, por essa razão, fala de “elementos de linguagem”, termina seu artigo lembrando o fiasco eleitoral que estes últimos tiveram e o trabalho em minimizar. Alguns dias mais tarde, foi a vez de Christine Ollivier, em um artigo do *France-Soir* de 22 de março (p. 4), de ironizar este procedimento político da seguinte maneira:

Balé de carros oficiais em Matignon, De Rama Yade a Eric Besson passando por Roselyne Bachelot e Eric Woerth, os tenores da maioria vieram buscar seus “elementos de linguagem” antes de partirem para as câmeras da televisão.

Essas críticas, mais ou menos diretas, sobre essa nova regra do jogo na comunicação política, confirmam que ela não é específica de um só partido. Cédric Mathiot, por exemplo, no *Libération*, de 26 de novembro de 2010 (p. 5), lembrará que no PS [Partido Socialista] também há “elementos de linguagem”, e com as quais foram feitas até campanhas de comunicação. Porém, os redatores se preocupam com o fato de que essa aquisição da informação tenha como aposta principal evitar a má publicidade, o que é concomitante

a muitos aspectos a que Dorna (2008, p. 5) resume em um “retorno dos fenômenos populistas e carismáticos”. É o que subentende Arnaud Leparmentier no *Le Monde*, de 9 de abril de 2010 (p. 3), no momento em que ele diz, logo após um boato sobre o casal presidencial francês: “os principais colaboradores [do Presidente] foram intimados a não dizer uma só palavra sobre o caso”, dito a tal ponto que ninguém ousou falar sobre isso. Do lado do poder político, trata-se de evitar que as “pequenas frases”, possíveis “deslizes”, não prejudiquem seus autores e o partido que eles representam. Além disso, segundo Krieg-Planque et Ollivier-Yaniv (2011, p. 18):

O termo “pequenas frases” serve para caracterizar um conjunto heterogêneo de fenômenos. “Pequenas frases” é expressão utilizada por inúmeros atores sociais para descrever os fragmentos do discurso, mais ou menos descontextualizados, que são os objetos de retomadas nas e pelas mídias, notadamente em razão de seu caráter extraordinário e polêmico. No entanto, talvez outros termos sejam utilizados para qualificar um fenômeno aparentemente equivalente. Poderíamos citar desordenadamente, para dar alguns exemplos, cuja lista não é limitada: “frase do dia/ da semana/ do ano”, “frase de impacto”, “declaração”.

Os “elementos de linguagem” têm precisamente como tema conter e regular a argumentação política, os redatores e, entre eles, os cronistas não hesitam em fazer piadas sobre esses recursos de discrição e sobre suas repercussões. É essa a resolução dada por Daniel Schneidermann no artigo *Libération*, de 11 de outubro de 2010, que diz que, quando encurralado pelo jornalista Guy Lagache, [o Primeiro Ministro francês] começou a cortar “elementos de linguagem” aos borbotões, encadeando pérolas e mais pérolas em uma cadência impressionante. Essa forma é, aliás, frequentemente apresentada como contraproducente, assim como considera

Favilla no *Echos*, de 16 de novembro de 2009, (p. 16):

O vocabulário político é fértil em perífrases, eufemismos e outras maquilagens linguísticas destinadas à “*langue de bois*”.³ A maioria da bancada presidencial enriqueceu recentemente seu repertório com novas expressões, os “elementos de linguagem”. Trata-se de pequenas bagagens de palavras e argumentos, cuidadosamente preparadas pelos comunicadores do l’Elysée e fornecidas às personalidades – ministros, parlamentares...- chamados a se expressar em público, a fim de apresentar opinião clara e coerente sobre determinados assuntos.

Ao conjugar uma série de observações metalinguísticas, eventualmente integradas ao que poderíamos chamar de uma *folklinguística* do meio jornalístico, essa intervenção designa uma nova “nova abordagem”, as “maquilagens linguísticas” que, além das práticas de eufemização, constituem um tipo muito recente de comunicação política. Como é o caso das polêmicas e das confidências provocadoras, em que o jornalista, a partir de então, é levado a classificar, dentre as declarações, as alegações, as fórmulas do mundo político. Esses “pequenos pacotes de palavras e de argumentos” estão, particularmente, “destinados a dar cores à *langue de bois*”, dito de outra maneira, a dar cor à não-informação. Essa tendência da comunicação política foi percebida como criticável na *Web*, com centenas de postagens (no *Oumma*, *Acrimed*, *Grain de sable* e *Le Post*, notadamente) entre 2009 e 2010, chegando a integrar a memória coletiva tal como poderíamos defini-la, retomando Moirand, como “domínios de memória que se destacam da interdiscursividade” (2008, p.18-19). Do lado do público, os “elementos” em questão suscitam efetivamente uma

³ “Langue de bois”, “língua de boi” é o nome dado ao discurso estereotipado dos políticos, cujo intuito é apenas ludibriar (nota do tradutor).

perplexidade e implicam uma “dupla linguagem” que incide tanto sobre as declarações políticas como também sobre a informação jornalística, na medida em que a população estabelece ligações e se lembram das precedentes. Efetivamente, o “reino irreprimível das especulações, ou mesmo das manipulações” (JEAN-PIERRE BEL, *La Nouvelle République*, de 20 de junho de 2009, p. 51), que provém daí e que reforça a opinião segundo a qual existiriam ligações entre a propaganda política e as mídias, vai de encontro doravante a uma demanda social muito concreta (ver POITIER, 2007), uma demanda expressa particularmente pela blogosfera, mas também pelas correspondências dos leitores. São eles que exigem, por parte dos jornalistas, que se façam autocríticas e se apropriem de um verdadeiro distanciamento entre o discurso político e o discurso jornalístico.

Uma forma de autocrítica

Numerosos jornalistas buscam uma maneira de não passar a impressão de que vivem em um círculo fechado, esquecendo a dimensão social ou, de alguma forma, aquele certo “contra-poder” próprio de sua profissão. Mesmo se a tomada das reivindicações formuladas nas redes sociais digitais apresentam defeito, ao contrário de envolver uma forma de concessão, os redatores dificilmente podem construir hoje um impasse sobre essa exigência da população, pois o “fluxo” das críticas (com as quais diversos fóruns entram em ressonância), contra essa flutuação intrusiva da comunicação política nos jornais, resume de alguma maneira uma das principais exigências éticas do leitor.

Um dos pontos comuns dessas manifestações refutativas (para certos contestadores) nos jornais é que elas envolvem um julgamento dos mais intransigentes possíveis nas especificidades do discurso jornalístico e também nos seus erros, efetivos

ou supostos que, por vezes, são atribuídos a correntes mais ou menos discutíveis. Povoados por uma evidente “preocupação deontológica” (LABROSSE, 2000, p. 130), os comentários em questão concretizam aqui e ali, uma ética, assim como uma retórica do “legítimo” e do “crível”, para retomar os termos de Koren (1996), no mesmo tempo do *justo* e da *boa* formação. Os autores aqui se inscrevem por esta razão em uma forma de resistência em face da *Web*, e também do jornalismo que lhe é contemporâneo, em um impulso misturado por vezes com resignação. Ora, estes últimos se preocupam mais com esses procedimentos (midialização, recorte e seleção, por exemplo), do que com os objetos discursivos; entendidos aqui como as “denominações compartilhadas” (MOIRAND, 2007), e com o que eles contêm de elementos pré-construídos.

Sobre esses fatos, as observações autocríticas dos jornalistas se apoiam na conformidade, ou na conformização das práticas jornalísticas às exigências éticas (DUBIED, 2005, p.73), que os devem caracterizar. Além do envolvimento pessoal subjacente, em tais produções está envolvido um debate mais geral sobre o acompanhamento das informações.

Certos jornalistas admitem de bom grado que a intervenção das polêmicas políticas na imprensa perturba o exercício da profissão, mesmo quando eles fazem um desvio das digressões, como é o caso da postagem d’Alain Rémondque apareceu no *La Croix*, de 30 de setembro de 2010 (p. 28). O autor, depois de ter comentado sobre os “conflitos de interesse” existentes entre o mundo econômico e político, acrescenta ainda:

Eu gostaria de aproveitar para falar de outro gênero de conflitos de interesses, aos quais, me parece, ninguém se interessa muito: os conflitos entre o interesse político e as mídias por certos temas e o interesse dos cidadãos, leitores e telespectadores.

Essas observações se prolongam em verdadeiras recomendações que os jornalistas endereçam, mais ou menos diretamente, a seus camaradas. Assim, Denis Muzet, mesmo chamando-os para “se interrogar sobre as condições do exercício da sua profissão” no *Libération*, de 16 de outubro de 2010 (p. 12), explica que “um sentimento emerge: as mídias são suspeitas de co-construir cada acontecimento”. Nessa perspectiva e sempre segundo Denis Muzet:

Podemos pensar que eles poderiam ter empurrado a juventude para se manifestarem, ter transformado uma bela história em superprodução ou um deslize verbal em mau folhetim.

Tal suspeita é evidentemente difícil de ser vivida pelos jornalistas que, aliás, lamentam isso, como faz Favilla no *Echos*, de 21 de dezembro de 2009 (p. 16), pois que, “na informação, a forma se sobressai [sobressaia] sobre o fundo”. Ainda mais, citamos a mediadora do *Le Monde* que, respondendo as correspondências dos leitores em seu artigo de 21 de novembro de 2010 (p. 17), retoma o que lamenta uma de suas camaradas:

Para esse acúmulo desastroso não há realmente desculpas, somente explicações parciais, como a abundância de notícias que perturba a gestão da edição “quente”, saída de manhã. “*Nós fomos tomados em um paradoxo de querer fazer um jornal tão interessante, assim tão ‘quente’ quanto possível, concorda Françoise Tovo, chefe de edição, mas que, na urgência, a forma se apaga atrás do fundo*”.

Mas tais autocríticas são facas de dois gumes tanto no mundo jornalístico quanto no político, na medida em que elas correm o risco sempre – em alguns casos – de trazer sua parte de condenação.

Conclusão

O jornalista confronta-se com as práticas e com o cotidiano que o levam sem cessar a

retomar a questão da polêmica, mas também está perturbado pela emergência de outras formas de concorrência e de contestação. Esse profissional representa, mais do que nunca, uma profissão em constante transformação. A onipresença, mais ou menos intrusiva, das polêmicas políticas e dos seus “elementos de linguagem” nas colunas dos jornais parecem provocar, junto aos jornalistas e em suas maneiras de comentar ou opinar, uma rejeição a sua própria maneira de politização. Ao mesmo tempo, à maioria dos discursos críticos é possível atribuir um testemunho de uma implicação pessoal muito mensurada. Em algumas opiniões eufemizantes uma suposta “objetividade” parece fundar (mesmo que ela contribuisse de alguma maneira para enfraquecimento ou uniformização) a escritura do jornalista. No entanto, certos comentários, certas observações, dispersas no fluxo dos artigos, redimensionam a deontologia relativa ao jornalismo à uma medida de questionamento ético imbuído de um espírito de responsabilidade.

Como escrevem Tévanian e Tissot (2010, p. 50), o campo das mídias dominantes “é um aparelho contestado, abalado e que deve permanentemente recompor suas ferramentas, notadamente retóricas, levando-se em consideração os contra-discursos que o ‘tomam de assalto’”. Assumindo eles mesmos uma vigilância ética em suas intervenções (verdadeiras observações às simples digressões, quer sejam elas diretas ou insinuativas, nominativas ou alusivas), os jornalistas ocupam um terreno deontológico que lhes é familiar, e que lhes permite também, em seu tempo, de confirmar sua legitimidade.

Referências

ALDRIN, Philippe. L’impensé social des rumeurs politiques. Sur l’approche dominocentrique du phénomène et son dépassement. *Mots*, Paris, n. 92, p. 23-40, 2010.

ANGENOT, Marc; ROBIN, Régine. Effacements et oblitérations : enquête sur la production de l'oubli dans les sociétés contemporaines. **Discours social**, Paris, n. 32, p. 3-15, 2009.

ANGERMÜLLER, Johannes; JEANPIERRE, Laurent, OLLIVIER-YANIV, Caroline. Analyser les pratiques discursives en sciences sociales. **Bulletin de méthodologie sociologique**, n. 97, p. 39-47, 2008.

BLASCO, Nathalie. *Quel pouvoir des sites Internet d'information concernant l'EZLN sur la sphère politique mexicaine et l'opinion publique internationale ?*. **Amnis**, Paris, n. 4 [consulté en ligne le 13 janvier 2010] : <http://amnis.revues.org/692>, 2004.

CORNU, Daniel. **Journalisme et vérité. Pour une éthique de l'information**. Genève, Labor et Fides, 1994.

DEMERS, François. *Impact des NTIC : déstructuration (et restructuration ?) du journalisme*. **Technologies de l'information et Société**. Paris, n. 8-1, p. 55-70, 1996.

DUBIED, Annik. *Quand les journalistes parlent du fait divers*. **Cahiers du journalisme**. Paris, n. 14, p. 58-75, 2005.

DORNA, Alexandre. La Psychologie politique sociétale au cœur des sciences humaines et sociales. **Cahiers de Psychologie politique**. Paris, n. 13 [consulté en ligne le 8 novembre 2009] : <http://odel.irevues.inist.fr/cahierspsychologiepolitique/index.php?id=135>, 2008.

GREVISSE, Benoît. Journalistes sur internet: représentations professionnelles et modifications des pratiques. **Cahiers du journalisme**. Paris, n. 5, p. 86-103, 1998.

IMBERT, Gérard. **Le discours du journal El País**. Paris, éditions du CNRS, 1988.

KOREN, Roselyne. **Les Enjeux éthiques de l'écriture de presse et la mise en mots du terrorisme**. Paris, L'Harmattan, 1996.

KRIEG-PLANQUE, Alice, OLLIVIER-YANIV, Caroline. Poser les "petites phrases" comme objet d'étude. **Communication & Langages**. Paris, n. 168, p. 17-22, 2011.

LABROSSE, Claude. L'avènement de la périodicité. In André VITALIS *et alii*, **Médias, temporalités et démocratie**. Rennes, Apogée, p. 109-124, 2000.

LITS, Marc. L'Information à l'heure numérique ou la fin du récit médiatique?. **Recherches en communication**. Paris, n. 28, p. 81-90, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. Les Énoncés détachés dans la presse écrite. De la surassertion à l'aphorisation. **Tranel**. Neuchâtel, n. 44, p. 107-120, 2006.

MC QUAIL, Denis. **Mass Communication Theory**. Londres, Sage Publications (5ème édition), 2005.

MOIRAND, Sophie. **Les Discours de la presse quotidienne**. Paris, PUF, 2007.

_____. Discours, mémoires et contextes : à propos du fonctionnement de l'allusion dans la presse. **Estudios da Língua(guem)**, n. 6-1, p. 7-46, 2008.

MOUILLAUD, Maurice; TETU, Jean-François. **Le Journal quotidien**. Lyon, Presses universitaires de Lyon, 1989.

PÉLISSIER, Nicolas. Cyberjournalisme : la révolution n'a pas eu lieu. **Quaderni**. Paris, n. 46, p. 5-26, 2001.

_____; ROMAIN, Nicolas. Journalisme de presse écrite et nouveaux réseaux d'information. **Cahiers du Journalisme**. Paris, n. 5, p. 54-71, 1998.

PIGEAT, Henri. **Médias et déontologie: règles du jeu ou jeu sans règles**. Paris, PUF, 1997.

POTIER, Elwis. Propagande et psychologie politique. **Cultures et Conflits**. Paris, n. 67, p. 191-196, 2007.

RABATEL, Alain. Deux modes de représentation idéologique *people* du pouvoir, lors du premier anniversaire de la présidence de N. Sarkozy. **Semen**. Besançon, n. 30, p. 147-167, 2011.

_____; CHAUVIN-VILENO, Andrée (dir.). **Semen**, n. 22 (Enonciation et responsabilité dans les médias). Url : <http://semen.revues.org/2776>, 2006.

REVAZ, Françoise. Analyse (trans)textuelle d'un objet discursif complexe : le feuilleton journalistique. In Jacques DURAND, Benoît HABERT et Bernard LAKS (éds.), **Actes du Premier Congrès mondial de linguistique française**. Paris, EDP Sciences, p. 1417-1428, 2008.

ROUSSIAU, Nicolas; RENARD, Elise. Des Représentations sociales à l'institutionnalisation de la mémoire sociale. **Connexions**. Paris, n. 80-2, p. 31-41, 2003.

TÉVANIAN, Pierre; TISSOT, Sylvie. La Langue des médias, pourquoi la critiquer, comment la critiquer ?. **Mouvements**. Paris, n. 61, p. 45-59, 2010.

TORTERAT, Frédéric. Quand la publicité politique se confronte au *buzz* journalistique : le cas des dérapages verbaux traités dans une rubrique de quotidien. **Signes, Discours et Sociétés**. Paris, n. 5 (article en ligne : <http://www.revue-signes.info/document.php?id=1807>), 2010.

_____. Entre linguistique, psychologie politique et sociologie des médias : les *écarts discursifs* comme lieux de l'inconscient collectif. **Cahiers de Psychologie Politique**. Paris, n. 18 (article en ligne : <http://lodel.irevues.inist.fr/cahierspsychologiepolitique/index.php?id=1842>), 2011a

_____. Les Discours déploratifs dans les journaux quotidiens, à travers l'exemple de l'*info-buzz*. **Le Discours et la langue**. Bruxelles, n. 2-1, p. 123-138, 2011b.

Tradução:

Carlos Alberto Magni

Doutor em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo.

E-mail: carlosmagni@uol.com.br.

Silvana Gualdieri Quagliuolo Seabra

Mestre em língua e literatura francesa pela Universidade de São Paulo.

E-mail: chezsilvia@chezsilvia.pro.br